



PARECER DE REDAÇÃO FINAL

À MESA DIRETORA.

Os membros da Comissão de Legislação, Justiça, Redação Final e Bem-Estar Social, Vereador Presidente **Volmir Toledo de Souza**, Vice-Presidente Vereadora **Cristina Soares Moraes** e Vereadores **Leonardo Rodrigues de Oliveira** e **Marcos André Soares**, em reunião realizada no dia 01 de julho de 2024, na Câmara Municipal de Campos Borges/RS, nos termos do disposto pelo artigo 139 do Regimento Interno da Câmara Municipal, apresentam PARECER DE REDAÇÃO FINAL sobre o PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº **015/2024**, DE 28 DE JUNHO DE 2024, o qual foi discutido, votado e aprovado pelos Vereadores na Sessão Legislativa Ordinária de 01 de julho de 2024, nos seguintes termos:

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIRO PADRÃO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA ATUAR JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar Enfermeiro, em caráter temporário, em razão de excepcional interesse público, para suprir necessidade emergencial junto a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na quantidade, cargo, carga horária e vencimento constantes do Art. 2º da presente Lei.

Art. 2º - O cargo a que se refere o Artigo 1º, desta Lei, se efetivará conforme as especificações do Quadro que segue:

NÚMERO DE VAGAS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	VENCIMENTO BÁSICO MENSAL
01	ENFERMEIRO PADRÃO	40 horas	R\$ 4.805,28

Parágrafo Único – Os valores relativos aos Vencimentos mensal constante do Quadro do “caput” deste Artigo, será reajustado toda a vez que houver reajuste dos vencimentos dos Servidores da Municipalidade, nos mesmos índices e nas mesmas datas.

Art. 3º – O caráter emergencial, excepcional e temporário de que trata a presente Lei, nos termos do Artigo 42, da Lei Municipal Nº 827/05 de 23 de maio de 2005, decorre da Necessidade desse Profissional para trabalhar junto ao Pronto Atendimento Municipal, e devido ao relatório de fiscalização nº 17/24-STM do Coren/RS, pela falta desses servidores no Quadro de Cargos Efetivos do Município disponíveis para as tarefas a serem executados pelos futuros contratados, pela impossibilidade de criação de vaga e chamamento do servidor efetivo em virtude do encerramento do mandato pela necessidade e interesse público do Município nessa Contratação.



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Borges

"Poder Legislativo, o suporte da Democracia"

Art. 4º - As atribuições, os direitos e as obrigações da contratação prevista nesta Lei, serão as constantes dos respectivo instrumento contratual e aplicado, no que couber, as disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Campos Borges.

Art. 5º - A contratação de que trata a presente Lei, será realizada pelo período de seis (06) meses, nos termos da legislação vigente, bem como, poderá ser extinta a qualquer tempo, na hipótese de extinção dos motivos que deram origem à mesma, previsto no Art. 3º, desta Lei.

Art. 6º - A contratação prevista nesta Lei, será de natureza Administrativa, ficando assegurado ao Contratado os direitos e deveres previstos na Lei Municipal N°884/06, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais de Campos Borges, e o sistema Previdenciário será o do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

Art. 7º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, no corrente exercício, correrão a conta das Dotações Orçamentárias próprias do Orçamento Municipal 2024.

Art. 8º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cleonice Pasqualotto da Paixão Toledo
Prefeita Municipal

Campos Borges/RS, ___ de ___ de 2024

Sala das Comissões, Campos Borges/RS, 01 de julho de 2024.

Volmir Toledo de Souza
Presidente

Cristina Soares Moraes
Vice-Presidente

Leonardo Rodrigues de Oliveira
Membro

Marcos André Soares
Membro



Estado do Rio Grande do Sul

Câmara Municipal de Vereadores de Campos Borges

"Poder Legislativo, o suporte da Democracia"

Nos termos do disposto pelo artigo 39, inciso II, alínea "h", do Regimento Interno da Câmara Municipal, segue a redação final do Projeto de Lei do Executivo nº 015/2024, de 28 de junho de 2024, sob a forma de autógrafo, para sanção ou veto.

Gilnei Guerreiro
Presidente da Câmara de
Vereadores de Campos Borges/RS.

